



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 15/07/2014	proposição Projeto de Lei nº 7735, de 2014			
autor	nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Páginas 2	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.735 de 2014

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, j, 10, c, 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA Nº

Modifica o art. 2º, inciso III do PL nº 7.735 de 2014, com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

(...)

III - conhecimento tradicional associado de origem não identificável - conhecimento tradicional associado em que o usuário opta por não identificar a sua origem vinculada a pelo menos um povo indígena ou comunidade tradicional;

(...)”.

JUSTIFICAÇÃO

Em razão da complexidade e, principalmente, da relevância do tema, importante que a lei responsável por abordar o acesso à biodiversidade e repartição de benefícios apresente conceitos claros e objetivos, capazes de permitir uma aplicação eficaz da normativa.

Neste sentido, no que se refere à proposta de alteração do inciso III do artigo 2º do Projeto 7735/2014, inegável que o conceito de “conhecimento tradicional associado de origem não identificável” indique que fique ao critério do usuário, e apenas dele, a opção por identificar ou não a origem de determinado conhecimento tradicional associado. Isso porque é o usuário, o responsável pela busca do acesso, por identificar qual conhecimento deseja acessar e ainda, pela definição da forma de acesso, e somente ele, nesse contexto, pode compreender e mensurar se é possível identificar a origem do conhecimento. Além disso, essencial que essa identificação, constatação do “conhecimento tradicional associado de origem não identificável” ocorra exatamente, e tão-somente, no momento em que se inicia a pesquisa ou o desenvolvimento tecnológico, pois o usuário não detém a responsabilidade, e não a pode deter, de continuar a verificar alguma mudança na situação, ou seja, se o conhecimento tradicional associado venha a ser ~~for~~ vinculado a povo indígena ou comunidade tradicional.

Cumprе destacar que essa mudança traz a necessária e imprescindível segurança jurídica ao regime de acesso e repartição de benefícios, garantindo tanto o avanço da pesquisa como, primordialmente, a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos dela decorrentes. Ademais, não representa nenhuma violação aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, pois os mesmos serão beneficiados pela repartição de benefícios, seja diretamente ou por meio dos fundos.

NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL MARCUS PESTANA		UF MG	PARTIDO PSDB
DATA __/__/__	ASSINATURA _____		